

## Sistema Elétrico 2011

# Assembléia confirma greve de 48 horas e decide intensificar mobilizações

Mais que aprovar o indicativo do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) de paralisação de 48 horas nos dias 6 e 7 de junho, a Assembléia realizada no Auditório do Sintergia na noite de 31 de maio mostrou a disposição dos trabalhadores para intensificar as mobilizações até arrancar da representação da holding um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) à altura da expectativa da categoria.

A Assembléia deixou claro que os trabalhadores não aceitam as argumentações neoliberais de que aumentos de salários causam inflação e criticou a utilização política das empresas, com a criação de cargos fictícios e gestão temerária ao longo dos anos.

O documento emitido pela holding em tom ameaçador também recebeu diversas críticas e foi considerado um indicativo de que o atual Governo resgatou para diversos cargos da empresa, pessoas ligadas ao Governo FHC e que já tentaram em passado nem tão remoto arrochar os salários e implantar um clima de terror.

O entendimento dos participantes da Assembléia é de que este Governo deve ter o perfil de quem o elegeu e não adote políticas contrárias àqueles que acreditaram numa Nova Eletrobras comprometida com os interesses da sociedade brasileira de desenvolvimento e valorização da classe trabalhadora.

Diante deste quadro, soa contraditório que sejam resgatadas para o DEST pessoas que lá atuaram no período FHC e que tinham como principal objetivo a privatização das empresas do Setor Elé-

trico.

Estima-se que hoje o custo com pessoal seja em média de 6% do total de gastos das empresas, jogando por terra qualquer argumentação de que os salários sejam fator preponderante para o aumento da inflação.

É estranho que pessoas ligadas à Cemig (estatal que adota um modelo de gestão privado) estejam assumindo cargos de importância dentro das empresas.

O primeiro indicativo do que isto significa, é o documento emitido pela empresa, num tom que destoa do clima das negociações ocorridas nos últimos anos.

Quanto à PLR, a decisão da Assembléia é que se deve exigir da holding o cumprimento do que foi acordado à mesa de negociação (que garantia o pagamento independentemente da negociação do ACT).

De maneira nenhuma, os participantes da Assembléia aceitam que o pagamento da PLR seja atrelado ao fechamento do ACT.

Ao final da Assembléia, ficou decidido que no dia 6 de junho, às 9h30min, os trabalhadores de todas as empresas (Cepel, Eletrobras, Eletro nuclear e Furnas) devem se reunir à porta do edifício-sede da Eletrobras (esquina das avenidas Presidente Vargas e Rio Branco) num ato de protesto contra a maneira como a negociação do ACT está sendo conduzida pela holding.

O entendimento da Assembléia é o de que não basta parar. É preciso mostrar a nossa indignação.